

**PEDIDO DE COMPRA: 000539 / 2026****EMIÇÃO: 14/04/2026****SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER - SEMJEL**

Objetivo: Aquisição parcelada de refletores LED tipo holofote, destinados à iluminação de quadras esportivas e espaços públicos do Município de São Luiz Gonzaga/RS, por meio de Sistema de Registro de Preços.

Justificativa: A contratação justifica-se pela necessidade de manutenção, substituição e ampliação da iluminação das quadras esportivas e espaços públicos, garantindo melhores condições de uso, segurança e incentivo à prática esportiva. A adoção do Sistema de Registro de Preços permite a aquisição conforme a demanda, proporcionando maior economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município de São Luiz Gonzaga vem buscando, por meio de ações voltadas à qualificação dos espaços públicos, promover o bem-estar, a segurança e a melhoria da infraestrutura urbana, especialmente nos locais destinados à prática esportiva e lazer da população.

As quadras esportivas, campos de futebol, ginásios e demais espaços públicos utilizados para atividades recreativas e esportivas recebem diariamente um grande número de munícipes, sendo fundamentais para a promoção da saúde, integração social e qualidade de vida.

Entretanto, verifica-se a necessidade de manutenção, substituição e ampliação dos sistemas de iluminação desses locais, tendo em vista que muitos pontos apresentam iluminação insuficiente, equipamentos danificados ou tecnologicamente defasados, comprometendo a segurança dos usuários e limitando a utilização dos espaços no período noturno.

Dessa forma, a aquisição de refletores mostra-se essencial para garantir iluminação adequada, maior eficiência energética, durabilidade dos equipamentos e redução de custos com manutenção, quando comparados aos sistemas convencionais.

Considerando que a demanda por substituição e instalação de refletores ocorre de forma contínua e variável, em razão de manutenções corretivas, preventivas e melhorias na infraestrutura existente, faz-se necessária a realização de processo licitatório pelo Sistema de Registro de Preços, possibilitando a aquisição parcelada conforme a necessidade da Administração.

Assim, a presente contratação visa atender às demandas da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer e das demais secretarias da administração, garantindo melhores condições de uso dos espaços públicos, maior segurança aos usuários e incentivo à prática esportiva no Município de São Luiz Gonzaga/RS.

ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Município, estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

Item 01 no PAC Nº 10533

Item 02 no PAC Nº 12955

Item 03 no PAC Nº 6954

Item 04 PAC Nº 12545

Item 05 no PAC Nº 42186

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1. ITENS E SUAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM 01 – REFLETOR LED 100W

Refletor LED tipo holofote, potência nominal de 100W, com eficiência luminosa mínima de 100 lm/W, fluxo luminoso mínimo de 10.000 lúmens, fator de potência mínimo de 0,9, índice de reprodução de cor (CRI) mínimo de 70, tensão de alimentação 220V,



frequência de 60Hz, uso em corrente alternada, com carcaça em alumínio injetado ou material equivalente de alta resistência, lente em vidro temperado ou policarbonato de alta resistência, dissipador de calor eficiente, resistente à corrosão e intempéries, grau de proteção mínimo IP65, adequado para uso externo, fixação por suporte metálico ajustável.

ITEM 02 – REFLETOR LED 200W

Refletor LED tipo holofote, potência nominal de 200W, com eficiência luminosa mínima de 100 lm/W, fluxo luminoso mínimo de 20.000 lúmens, fator de potência mínimo de 0,9, índice de reprodução de cor (CRI) mínimo de 70, tensão de alimentação 220V, frequência de 60Hz, uso em corrente alternada, com carcaça em alumínio injetado ou material equivalente de alta resistência, lente em vidro temperado ou policarbonato de alta resistência, dissipador de calor eficiente, resistente à corrosão e intempéries, grau de proteção mínimo IP65, adequado para uso externo, fixação por suporte metálico ajustável.

ITEM 03 – REFLETOR LED 300W

Refletor LED tipo holofote, potência nominal de 300W, com eficiência luminosa mínima de 100 lm/W, fluxo luminoso mínimo de 30.000 lúmens, fator de potência mínimo de 0,9, índice de reprodução de cor (CRI) mínimo de 70, tensão de alimentação 220V, frequência de 60Hz, uso em corrente alternada, com carcaça em alumínio injetado ou material equivalente de alta resistência, lente em vidro temperado ou policarbonato de alta resistência, dissipador de calor eficiente, resistente à corrosão e intempéries, grau de proteção mínimo IP65, adequado para uso externo, fixação por suporte metálico ajustável.

ITEM 04 – REFLETOR LED 400W

Refletor LED tipo holofote, potência nominal de 400W, com eficiência luminosa mínima de 100 lm/W, fluxo luminoso mínimo de 40.000 lúmens, fator de potência mínimo de 0,9, índice de reprodução de cor (CRI) mínimo de 70, tensão de alimentação 220V, frequência de 60Hz, uso em corrente alternada, com carcaça em alumínio injetado ou material equivalente de alta resistência, lente em vidro temperado ou policarbonato de alta resistência, dissipador de calor eficiente, resistente à corrosão e intempéries, grau de proteção mínimo IP65, adequado para uso externo, fixação por suporte metálico ajustável.

ITEM 05 – REFLETOR LED 500W

Refletor LED tipo holofote, potência nominal de 500W, com eficiência luminosa mínima de 100 lm/W, fluxo luminoso mínimo de 50.000 lúmens, fator de potência mínimo de 0,9, índice de reprodução de cor (CRI) mínimo de 70, tensão de alimentação 220V, frequência de 60Hz, uso em corrente alternada, com carcaça em alumínio injetado ou material equivalente de alta resistência, lente em vidro temperado ou policarbonato de alta resistência, dissipador de calor eficiente, resistente à corrosão e intempéries, grau de proteção mínimo IP65, adequado para uso externo, fixação por suporte metálico ajustável.

2. PRAZO, FORMA E LOCAIS DE ENTREGA:

2.1. O fornecimento do objeto contratado se dará de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento acompanhada da nota de empenho correspondente, emitida pelo CONTRATANTE.

A entrega deverá ser realizada nos locais indicados pelas secretarias requisitantes dentro do perímetro urbano do Município. Na data de entrega, os produtos deverão ser descarregados em local indicado por servidor responsável, sendo de inteira responsabilidade da contratada o transporte, carga e descarga dos materiais.

Os itens deverão ser entregues em dias úteis, no horário das 08h00 às 11h00min e das 13h00 às 16h30min.

2.2. A entrega do objeto deverá ser realizada no local indicado, sem custos adicionais para o Município.

2.3. O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ DE 01 (UM) ANO, CONTADO DA DATA DE SUA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE MANIFESTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E COMPROVAÇÃO DA VANTAJOSIDADE DOS PREÇOS REGISTRADOS, NOS TERMOS DO ART. 84 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DO DECRETO MUNICIPAL Nº 6.871/2022.

Conforme disposição Decreto Municipal n.º 6.872/2022. O prazo de vigência do registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado o quantitativo

originalmente registrado, por igual período, desde que sejam comprovados os seguintes requisitos:

* manutenção do preço vantajoso, mediante reajustamento de preços por índices de correção monetária, gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos, que deverá ser comparado com pesquisa de preços na forma do Decreto nº 6.871, de 27 de dezembro de 2022;

* haver previsão expressa no edital e na ata de registro de preços; * estar previsto na fase do planejamento da contratação (Estudo Técnico Preliminar);

* a prorrogação deverá ser celebrada por termo aditivo da ata de registro de preços dentro do prazo de sua vigência. O contrato que decorrer de ata de

registro de preços possuirá vigência de acordo com a disposições nela contidas e em observância aos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021.



2.3.1. OS CONTRATOS OU ORDENS DE SERVIÇO DECORRENTES DA PRESENTE ATA TERÃO VIGÊNCIA VINCULADA À EXECUÇÃO DO OBJETO, PODENDO SER PRORROGADOS CONFORME A NECESSIDADE DOS CRONOGRAMAS ESPORTIVOS OU NOS CASOS PREVISTOS NO ART. 107 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, DESDE QUE HAJA INTERESSE PÚBLICO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA.

2.4. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, aqueles que somente se manifestam após sua utilização.

2.5. Caso seja detectado que os produtos não atendem às especificações, a Administração poderá rejeitá-los integralmente ou em parte, obrigando-se a contratada a substituir os itens no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação.

2.6. Os itens deverão ser entregues devidamente acondicionados, garantindo sua integridade durante o transporte.

2.7. A Nota Fiscal deverá acompanhar o fornecimento dos produtos.

2.8. A empresa contratada deverá obedecer rigorosamente às normas legais e técnicas vigentes aplicáveis ao fornecimento do objeto.

2.9. O objeto do contrato será recebido:

Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade dos produtos com as exigências contratuais, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis;

Definitivamente, por servidor ou comissão designada, mediante termo circunstanciado, após verificação do atendimento integral das exigências contratuais.

3. PAGAMENTO:

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento expedido pelo fiscal do contrato.

3.2. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

Obrigações do CONTRATANTE:

4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

4.2. Assegurar as condições necessárias à execução;

4.3. Fiscalizar a execução;

4.4. Efetuar o pagamento;

4.5. Emitir decisão sobre solicitações e pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo legal.

Obrigações da CONTRATADA:

4.6. Fornecer os produtos conforme especificações, quantidades e prazos;

4.7. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

4.8. Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;

4.9. Manter as condições de habilitação durante toda a execução;

4.10. Substituir produtos com defeito;

4.11. Atender às determinações da fiscalização.

5. SANÇÕES:

Comete infração administrativa o contratado que:



- I – der causa à inexecução parcial do contrato;
- II – der causa à inexecução parcial com grave dano à Administração;
- III – der causa à inexecução total;
- IV – não entregar a documentação exigida;
- V – não manter a proposta;
- VI – ensejar o retardamento da execução sem justificativa;
- VII – apresentar documentação falsa;
- VIII – praticar ato fraudulento;
- IX – comportar-se de modo inidôneo;
- X – praticar atos ilícitos visando frustrar a licitação;
- XI – praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

Sanções aplicáveis:

Advertência;
Multa;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade.

6. EXTINÇÃO:

- 6.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes.
- 6.2. Poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.
 - 6.2.1. Aplicam-se os arts. 138 e 139 da mesma Lei.
- 6.3. A extinção não impede eventual indenização por desequilíbrio econômico-financeiro.
- 6.4. O contrato poderá ser extinto em caso de conflito de interesses, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

HABILITAÇÃO

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, §2º, e 34, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fornecimento do objeto pretendido, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, bem como apresentar a documentação abaixo, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Habilitação Jurídica:

Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;

Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização emitido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;

Prova de regularidade perante a:

Fazenda Federal;

Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante;



E com o Município de São Luiz Gonzaga/RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;

Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Habilitação Econômico-Financeira:

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

O Município de São Luiz Gonzaga dispõe de diversos espaços públicos destinados à prática esportiva e recreativa, tais como quadras esportivas, campos de futebol, ginásios e áreas de lazer, os quais recebem diariamente um grande número de munícipes de diferentes faixas etárias.

Para garantir condições adequadas de uso desses espaços, especialmente no período noturno, torna-se necessária a manutenção, substituição e ampliação dos sistemas de iluminação existentes, visando proporcionar maior segurança, visibilidade e incentivo à prática esportiva e ao convívio social.

Considerando que a demanda por refletores ocorre de forma contínua e variável, em razão de manutenções corretivas, preventivas e melhorias na infraestrutura pública, a aquisição será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, com definição de quantitativos mínimos e máximos, permitindo maior flexibilidade na execução e atendimento das necessidades da Administração.

Os quantitativos abaixo representam estimativa de consumo, não obrigando a Administração à contratação integral dos itens registrados.

01 – Quantidade mínima: 10 unidades | Quantidade máxima: 200 unidades

REFLETOR LED 100W. Refletor LED tipo holofote, potência nominal de 100W, eficiência mínima de 100 lm/W, fluxo luminoso mínimo de 10.000 lúmens, fator de potência mínimo de 0,9, índice de reprodução de cor (CRI) mínimo de 70, tensão de alimentação 220V, frequência de 60Hz, grau de proteção mínimo IP65, adequado para uso externo em espaços públicos.

02 – Quantidade mínima: 10 unidades | Quantidade máxima: 230 unidades

REFLETOR LED 200W. Refletor LED tipo holofote, potência nominal de 200W, eficiência mínima de 100 lm/W, fluxo luminoso mínimo de 20.000 lúmens, fator de potência mínimo de 0,9, índice de reprodução de cor (CRI) mínimo de 70, tensão de alimentação 220V, frequência de 60Hz, grau de proteção mínimo IP65, adequado para uso externo em espaços públicos.

03 – Quantidade mínima: 10 unidades | Quantidade máxima: 250 unidades

REFLETOR LED 300W. Refletor LED tipo holofote, potência nominal de 300W, eficiência mínima de 100 lm/W, fluxo luminoso mínimo de 30.000 lúmens, fator de potência mínimo de 0,9, índice de reprodução de cor (CRI) mínimo de 70, tensão de alimentação 220V, frequência de 60Hz, grau de proteção mínimo IP65, adequado para uso externo em espaços públicos.

04 – Quantidade mínima: 10 unidades | Quantidade máxima: 200 unidades

REFLETOR LED 400W. Refletor LED tipo holofote, potência nominal de 400W, eficiência mínima de 100 lm/W, fluxo luminoso mínimo de 40.000 lúmens, fator de potência mínimo de 0,9, índice de reprodução de cor (CRI) mínimo de 70, tensão de alimentação 220V, frequência de 60Hz, grau de proteção mínimo IP65, adequado para uso externo em espaços públicos.

05 – Quantidade mínima: 10 unidades | Quantidade máxima: 480 unidades

REFLETOR LED 500W. Refletor LED tipo holofote, potência nominal de 500W, eficiência mínima de 100 lm/W, fluxo luminoso mínimo de 50.000 lúmens, fator de potência mínimo de 0,9, índice de reprodução de cor (CRI) mínimo de 70, tensão de alimentação 220V, frequência de 60Hz, grau de proteção mínimo IP65, adequado para uso externo em espaços públicos.

ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO



Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob os aspectos técnico e econômico, a realização de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, visando à aquisição parcelada de refletores em LED destinados à iluminação de espaços públicos do Município de São Luiz Gonzaga.

As referências de preços e especificações foram obtidas por meio de consultas realizadas nos portais LicitaCon Cidadão – TCE/RS, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Compras.gov.br, com base no Decreto Municipal nº 6.871/2022, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

Dentre as possíveis soluções avaliadas para atendimento da demanda, destacam-se as seguintes alternativas:

Aquisição direta dos equipamentos (compra):

Trata-se da opção mais adequada e tecnicamente recomendada, considerando a natureza durável dos refletores LED e a necessidade contínua de manutenção e ampliação da iluminação pública e esportiva. A aquisição permite maior autonomia administrativa, disponibilidade imediata dos equipamentos e melhor custo-benefício ao longo do tempo, reduzindo despesas recorrentes com locações ou contratações continuadas.

Locação de equipamentos de iluminação:

A alternativa de locação foi analisada, porém descartada por não apresentar vantajosidade econômica. A locação implicaria custos contínuos, dependência de fornecedores e ausência de incorporação dos bens ao patrimônio público, o que não se mostra adequado para equipamentos de uso permanente.

Contratação de empresa para fornecimento com manutenção contínua:

Esta alternativa também foi considerada, porém se mostrou menos vantajosa, pois implicaria custos operacionais permanentes e menor autonomia da Administração na gestão dos equipamentos. Considerando que os refletores possuem vida útil elevada e baixa necessidade de manutenção especializada, a aquisição direta se mostra mais eficiente.

Cessão ou compartilhamento de equipamentos:

Alternativa considerada inviável, tendo em vista que os refletores são bens de uso contínuo e fixo, instalados em diversos pontos do Município, não sendo possível sua utilização compartilhada de forma eficiente.

Diante da análise das alternativas, a aquisição por meio de Sistema de Registro de Preços apresenta-se como a solução mais eficiente e vantajosa, permitindo a aquisição conforme a demanda, evitando estoques desnecessários e garantindo economicidade à Administração.

A definição dos objetos e de seus respectivos descritivos técnicos teve como base a necessidade de eficiência energética, durabilidade, segurança e adequação ao uso externo, observando normas técnicas aplicáveis.

Os itens a serem adquiridos são:

Refletores LED (100W, 200W, 300W, 400W e 500W) — Equipamentos destinados à iluminação de áreas públicas, com alto fluxo luminoso, baixo consumo de energia, grau de proteção mínimo IP65, resistência a intempéries, carcaça em material resistente (alumínio ou equivalente), vida útil prolongada e conformidade com normas técnicas vigentes, garantindo segurança, eficiência e durabilidade.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 199.592,70, conforme resultado obtido a partir da média aritmética simples das cotações de mercado realizadas, observando-se os princípios da economicidade e da razoabilidade dos preços praticados.

A pesquisa de preços foi conduzida com base no Decreto Municipal nº 6.871/2022, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

Os valores foram obtidos por meio de pesquisa direta com fornecedores do ramo, conforme mapa comparativo de preços anexo ao processo, garantindo a representatividade e a confiabilidade da amostra.



Critérios e Metodologia Utilizados

As cotações de preços foram obtidas considerando produtos de mesmo padrão de qualidade, especificações técnicas equivalentes e condições de fornecimento compatíveis com o objeto pretendido. Foram analisados, no mínimo, três orçamentos de fornecedores distintos para cada item, conforme demonstrado no mapa comparativo de preços.

A metodologia adotada para a formação do preço estimado foi a média aritmética simples dos valores obtidos nas pesquisas de mercado, o que permite identificar valores razoáveis, representativos e alinhados ao comportamento atual do setor, assegurando um processo de contratação justo, eficiente e economicamente vantajoso para a Administração Pública.

Foram desconsiderados valores discrepantes quando necessário, conforme critérios estabelecidos no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 6.871/2022.

Dessa forma, vislumbra-se que o valor estimado encontra-se compatível com o praticado pelo mercado, atendendo aos princípios da economicidade, transparência e eficiência administrativa.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A escolha da solução proposta — aquisição parcelada de refletores em LED por meio de Sistema de Registro de Preços — fundamenta-se na análise técnica e econômica apresentada neste Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou ser esta a alternativa mais eficiente, econômica e adequada para o Município de São Luiz Gonzaga.

Considerando as alternativas avaliadas, como locação, contratação com manutenção contínua e cessão de equipamentos, concluiu-se que a aquisição direta dos refletores representa o melhor custo-benefício sob os aspectos técnico, econômico e operacional. Essa solução garante ao Município autonomia na gestão, manutenção e substituição dos equipamentos, além de evitar custos recorrentes e dependência de terceiros.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se especialmente vantajosa, tendo em vista que a demanda por refletores ocorre de forma contínua e variável, em função de manutenções corretivas, preventivas e ampliações da iluminação em espaços públicos. Tal modelo permite aquisições conforme a necessidade da Administração, evitando estoques desnecessários e proporcionando maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

A presente contratação atende aos princípios da eficiência e da economicidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando que o investimento público seja realizado de forma racional, planejada e vantajosa.

Sob o aspecto técnico, a solução contempla a utilização de refletores com tecnologia LED, reconhecida por sua elevada eficiência energética, maior durabilidade e menor necessidade de manutenção quando comparada às tecnologias convencionais. Esses equipamentos proporcionam melhor desempenho luminoso, redução no consumo de energia elétrica e maior vida útil, contribuindo diretamente para a redução de custos operacionais do Município.

Além disso, os equipamentos deverão atender às normas técnicas aplicáveis, garantindo segurança, resistência a intempéries e adequação ao uso externo em espaços públicos, como quadras esportivas, campos, praças e demais áreas de convivência.

Do ponto de vista operacional, a solução permite maior agilidade na reposição de equipamentos danificados e na expansão da iluminação pública, contribuindo para a melhoria da segurança, da prática esportiva noturna e da utilização dos espaços públicos pela população.

A escolha da solução também está alinhada com os objetivos de planejamento e gestão pública estabelecidos no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que reforça a importância do Estudo Técnico Preliminar como instrumento de fundamentação da contratação pública e de identificação da alternativa mais vantajosa ao interesse público.

Dessa forma, a aquisição parcelada de refletores LED por meio de Sistema de Registro de Preços configura-se como a solução mais adequada para atender à necessidade administrativa identificada, reunindo os atributos de eficiência, economicidade, flexibilidade, durabilidade e interesse público.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea b, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 2º do mesmo art. 40

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

estabelece que deverão ser considerados a viabilidade da divisão do objeto em lotes, o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. Em vista disto, o princípio do parcelamento deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente à falta de padronização e uniformização

RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. A Secretaria de Municipal da Juventude, Esporte e Lazer indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam: a) elaboração de minuta do edital; b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária; c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso); d) elaboração de minuta do contrato; e) encaminhamento do processo para análise jurídica; f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados; g) publicação e divulgação do edital e anexos; h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável; i) realização do certame, com suas respectivas etapas; j) realização de empenho; e l) assinatura e publicação do contrato.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta. Os bens/serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

CONTRATADA DEVERÁ ADOTAR A UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS COM O MENOR IMPACTO AMBIENTAL POSSÍVEL EM RELAÇÃO AO OBJETO A SER FORNECIDO. A empresa Contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, mormente o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis encontrado no site compras.governamentais.gov.br, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratada. Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental. No que diz respeito às obrigações do solicitante.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.